

ORGANIZAÇÃO

Keila Grinberg e Ricardo Salles



COLEÇÃO

O BRASIL IMPERIAL



Volume II - 1831-1870



CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

CAPÍTULO VIII

O Vale do Paraíba escravista e a
formação do mercado mundial
do café no século XIX

Rafael Marquese

Dale Tomich

A MONTAGEM DA CAFEICULTURA BRASILEIRA NA HISTORIOGRAFIA

Será de ora em diante o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circunscrita a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de café e tabaco, como emblemas da sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.¹

Essas palavras, firmadas por d. Pedro em 18 de setembro de 1822, estabeleciam o escudo de armas a ser gravado na bandeira do Estado nacional recém-instituído. A letra do decreto expressava antes de tudo uma aposta para o futuro. Naquela altura, ainda que suas exportações verificassem crescimento acelerado há cerca de uma década, o café brasileiro estava longe de ser um “emblema da riqueza nacional”. Se o escudo pretendesse efetivamente traduzir o quadro econômico do novo império, deveria trazer feixes de cana-de-açúcar, fardos de algodão e um navio negreiro. A aposta embutida simbolicamente no decreto, no entanto, logo demonstraria ter sido certa.

Com efeito, em 1828 o Brasil despontava como o maior produtor mundial de café, e, ao longo da década seguinte, os valores obtidos com sua exportação ultrapassariam o que o país amalhava com o envio de açúcar ao mercado mundial.² Quase toda essa produção, ademais, vinha de uma só região. O vale do rio Paraíba do Sul, ou simplesmente Vale do

Paraíba, compreendendo terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, passou por completa alteração no curso de duas gerações: relativamente desocupado em 1800, 50 anos depois adquiriria o caráter de típica região escravista de plantation. Algo semelhante havia ocorrido em outros momentos e espaços na história do Brasil, como na zona da mata pernambucana e no Recôncavo Baiano na passagem do século XVI para o XVII, ou no Maranhão e em Campos dos Goytacazes nas décadas finais do século XVIII. A escala do que se verificou no Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX, contudo, foi inédita, e seu impacto para a conformação do Estado nacional brasileiro, decisivo. Já se escreveu que, se a cafeicultura tivesse deitado raízes em outra região do território nacional e não nas proximidades da corte, a história do império bem poderia ter sido outra. Daí o dito Oitocentista “o Brasil é o Vale”, com larga carreira no senso comum e mesmo na historiografia. Mas, não apenas isso. Poder-se-ia igualmente afirmar que o café como produto de massa era o Vale. Afora o completo domínio que o Brasil assumiu no mercado mundial do artigo ao longo do século XIX, o volume inaudito de sua produção foi central para a própria transformação da natureza daquele mercado, que passou das restrições ligadas ao consumo de luxo para a escala qualitativamente distinta do consumo de massa.³

As articulações entre mercado mundial e a montagem da cafeicultura brasileira estiveram na pauta de investigação dos pesquisadores desde a década de 1940. Encarando a cafeicultura como uma espécie de “destino manifesto” do Brasil, os historiadores tenderam a relacioná-la à crise da mineração e à retomada das atividades agroexportadoras na virada do século XVIII para o XIX. De acordo com essa interpretação, o café, plenamente adequado às condições naturais do Centro-Sul do Brasil (terras virgens, clima, altitude, proximidade dos portos litorâneos), começou a ser produzido em larga escala no momento em que a demanda mundial aumentou, após a revolução escrava de São Domingo e o arranque da industrialização nos países centrais, mobilizando, para tanto, os recursos ociosos — capitais e escravos — derivados da crise da mineração.⁴ Em que pesem as variações de ênfase, todos esses estudos se pren-

deram ao que Stuart Schwartz denominou o “paradigma dependentista” de análise do passado colonial brasileiro, ou seja, um modelo de interpretação que ressaltava seu caráter escravista, agroexportador e voltado para a geração de riquezas nos centros da economia mundial capitalista.⁵

Os esforços de revisão desse modelo promovidos a partir da década de 1970, aliados à verificação empírica de que o estoque de mão de obra escrava empregada nos primeiros cafezais não era aquele das antigas zonas de mineração, levou alguns historiadores a modificar as lentes utilizadas para a análise da formação da cafeicultura brasileira. O foco, então, passou a incidir sobre a dinâmica societária local. Um bom exemplo dessa perspectiva é o trabalho de João Fragoso.⁶ Com base na constatação de que a expansão definitiva da produção escravista de café do Vale do Paraíba ocorreu em uma conjuntura de queda nos preços internacionais do artigo (1822-1830), Fragoso voltou sua análise para as formas de produção e circulação articuladas em torno da praça mercantil do Rio de Janeiro. Configurando um “mosaico de formas não capitalistas de produção”, elas teriam permitido a acumulação de capitais nas mãos dos grandes negociantes residentes no Rio de Janeiro, que monopolizavam o tráfico negreiro transatlântico e operavam no mercado interno. Esses capitais, por sua vez, teriam sido reinvestidos em larga escala na produção escravista em zonas de fronteira, a despeito de sua lucratividade menor em relação às atividades mercantis. O movimento todo seria impulsionado pelo ideal “arcaico” que conformava o *éthos* senhorial-escravista, isto é, a posse de terras e homens como sinal decisivo de distinção social. Nas palavras de Fragoso, “no sistema abordado, o investimento na produção está subordinado a uma lógica que é a da recorrência de uma dada estratificação assentada nas diferenças entre os grupos sociais, via prestígio”.⁷ Nada, portanto, de resposta às demandas do mercado mundial: a cafeicultura escravista brasileira teria sido montada única e exclusivamente em razão das ações locais.

As inconsistências empíricas e teóricas do modelo de Fragoso — uma espécie de espelho invertido do “paradigma dependentista” — já foram devidamente criticadas pelos historiadores.⁸ Em todas essas críticas ou

G.P.A.
de pro:
cupa com
o preço do
de 1800
do inter-
na cidade

mesmo nas interpretações mais recentes acerca do tema,⁹ os pesquisadores ressaltam a impossibilidade de compreender o processo de montagem da cafeicultura escravista brasileira sem se remeter a processos globais mais amplos, examinando suas interconexões com as condições locais.

É o que pretendemos fazer neste capítulo, que tratará do papel do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial do café ao longo do século XIX. Por um lado, a análise do quadro global partirá do pressuposto de que os espaços produtivos mundiais se formaram uns em relação aos outros. A unidade submetida à análise, por conseguinte, não serão as colônias ou os países agroexportadores tomados de forma isolada, mas sim a arena mais ampla da economia-mundo. Isso é tanto mais premente para o caso dos artigos tropicais: como iremos indicar no capítulo, os movimentos do café e do açúcar guardaram estreita relação nos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, a análise do quadro local levará em conta não só a composição regional de terra, trabalho e capital, mas igualmente a dinâmica política, vale dizer, as relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e Estado nacional. A formação da cafeicultura escravista brasileira dependeu de ações políticas concertadas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias ao arranque da atividade e ao consequente controle do mercado mundial do produto. Essas ações incidiram fundamentalmente no campo da política da escravidão. O período de montagem das grandes unidades cafeicultoras do Vale Paraíba avançou na fase de ilegalidade do tráfico negreiro transatlântico (1835-1850), com a aquisição de escravarias que, de acordo com a lei imperial de 7 de novembro de 1831, seriam formalmente livres. Sem a existência de quadro interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de africanos ilegalmente escravizados, decerto o Brasil não despejaria nos portos e armazéns do hemisfério norte as sacas de café com as quais dominou o mercado mundial do produto no século XIX.

composição regional da terra
trabalho
capital

A ERA DAS REVOLUÇÕES E OS NOVOS PRODUTORES NA ARENA MUNDIAL, C. 1790-1830

A despeito de o café ter sido, desde o século XVI, um dos mais valiosos bens agrícolas a entrar nos circuitos mercantis internacionais, os poderes coloniais europeus demoraram a produzi-lo. Até finais do século XVII, essa esfera era monopólio dos árabes,¹⁰ e foram os holandeses os primeiros europeus que o partilharam. Na década de 1690, a Companhia das Índias Orientais (VOC) implantou seu cultivo em Java, no que logo foi seguida pelos franceses em Reunião. Na década de 1720, quando o arbusto foi também aclimatado em colônias do Novo Mundo (Suriname, Martinica, Guadalupe), holandeses e franceses introduziram pioneiramente quantidades substantivas do gênero nos mercados metropolitanos. Até meados do Setecentos, contudo, o volume não foi vultoso em vista do que seria obtido posteriormente, girando, no caso dos holandeses, em torno de 3.000 toneladas anuais, montante semelhante ao que os franceses obtinham na Martinica em 1750.¹¹

O salto na produção a cargo dos europeus ocorreu após a Guerra dos Sete Anos, em larga medida por conta da explosão cafeeira de São Domingo. As exportações dessa colônia pularam do patamar de cerca de 3.100 t, em 1755, para perto de 32.000 t, em 1790. Na última data, a produção dos franceses nas Antilhas e no Índico (São Domingo, Martinica, Guadalupe, Caiena, Reunião) somava cerca de 48.000 t, algo equivalente a 70% do total do globo, estimado em 69.400 t. Como se vê, às vésperas da revolução, São Domingo era responsável por quase metade da produção mundial de café, afora cerca de um terço da produção mundial de açúcar.¹² Esse mercado, contudo, era relativamente restrito, limitado ao consumo de luxo das camadas urbanas da Europa continental e do Levante Asiático.

O crescimento da cafeicultura em São Domingo esteve no coração dos eventos que conduziram à revolução. Por razões técnicas e ecológicas, as terras inicialmente cultivadas com os pés de café não eram as empregadas na empresa açucareira, isto é, os outeiros — ou *mornes* — do in-

São Domingo
Cafeicultura e a revolta

terior da colônia, cuja geomorfologia impedia a formação de grandes unidades rurais. Com exigências iniciais de inversão bem menores do que o açúcar, a atividade cafeeira oferecia uma via de acumulação de riqueza e mobilidade social aberta aos pequenos e médios proprietários escravistas, sobretudo ao número crescente de mulatos e negros livres que dispunham de poucos capitais.¹³ O sucesso econômico da cafeicultura acirrou, na década de 1780, os conflitos entre esses grupos racialmente subalternos, mas endinheirados, e a população branca da colônia, vale dizer, os grandes empresários açucareiros e os brancos pobres (*petit blancs*). Esse quadro altamente explosivo veio abaixo com os eventos revolucionários metropolitanos. A instituição da Assembleia Nacional em Paris, no ano de 1789, estimulou de imediato os anseios autonomistas das classes senhoriais antilhanas. Ainda no segundo semestre de 1789, os senhores das diversas ilhas francesas, notadamente os de São Domingo, formaram assembleias coloniais para lutar por maior liberdade política e econômica. Entretanto, não foram apenas os proprietários escravistas brancos que se articularam para obter ganhos com a nova conjuntura política: os homens de cor livres, negros e mulatos, muitos dos quais lastreados nos recursos obtidos com o café, também se mobilizaram, buscando ampliar seus direitos políticos. Os proprietários escravistas negros e mulatos exigiam em especial o direito de participação nas eleições para a Assembleia Colonial. O conflito entre negros e mulatos livres, por um lado, e brancos, por outro, acirrou-se durante 1790, distendendo-se logo em confronto aberto. Até meados de 1791, essas lutas não comprometeram a economia escravista de São Domingo. A grande virada veio em agosto desse ano: a impressionante revolta dos escravos da parte norte da colônia acabou de vez com o equilíbrio precário que vinha sendo mantido entre brancos e mulatos desde 1789.¹⁴

Não cabe aqui resumir o processo revolucionário que levou, em janeiro de 1804, à proclamação do segundo Estado soberano do Novo Mundo. O que importa é que a Revolução do Haiti, no curso de seus 15 anos, além de ter acabado nos campos de batalha com a escravidão negra e assombrado os poderes escravistas em todo o hemisfério americano,

A Revolução no Haiti

alterou por completo a configuração da oferta mundial de café e de açúcar. Mesmo que o café tenha continuado a ser cultivado — agora em bases camponesas — no país recém-independente, ao contrário do abandono do açúcar,¹⁵ somente em finais do século XIX essa produção voltou ao patamar anterior à revolução, ou seja, à cifra de 30.000 toneladas anuais; nos anos do conflito e nas décadas imediatamente posteriores, o volume caiu para menos da metade do que era em 1790. Em uma conjuntura de curva ascendente do consumo, a retirada brusca de São Domingo do mercado teve impacto imediato nas demais zonas cafeeicultoras mundiais.

De início, mais se aproveitaram desse vácuo os espaços que já produzem café antes de 1790. Tome-se, em primeiro lugar, o caso das possessões britânicas. Ao longo do século XVIII, a produção cafeeira cresceu lentamente nas Antilhas inglesas, muito por conta da política tarifária adotada pela metrópole. Por volta de 1730, o governo imperial estabeleceu pesada taxa sobre as importações de café, com o objetivo de proteger o trato asiático do chá, comandado pela Companhia Inglesa das Índias Orientais (EIC).¹⁶ Na década de 1780, com a redução dessas tarifas, a produção colonial aumentou, a ponto de a Jamaica obter cerca de mil toneladas em 1790. Com o levante escravo no norte de São Domingo e a radicalização do processo revolucionário, a resposta dos senhores de escravos jamaicanos foi imediata. A produção saltou para 6.000 t nos anos finais do século XVIII, atingindo o pico histórico de 13.500 t em 1808.¹⁷ Foi nessa conjuntura que P. J. Laborie, cafeeicultor escravista de Saint Domingue refugiado na Jamaica, escreveu — em inglês — seu famoso livro, reportado por boa parte do século XIX como o manual agrônomico mais importante sobre o assunto, traduzido para o português e o espanhol já na década de 1800.¹⁸

As terras empregadas na cafeicultura jamaicana eram diferentes das que se utilizavam no negócio açucareiro, por razões semelhantes às registradas para a colônia francesa. Ainda que, no que se refere àquele insumo, não houvesse competição entre o açúcar e o café, o mesmo não se pode afirmar em relação ao fator trabalho. O quadro se agravou sobremaneira após a abolição do tráfico transatlântico de escravos para as colônias

inglesas, não sendo de estranhar que o ponto máximo da cafeicultura jamaicana tenha sido atingido justamente em 1808. Para além da exaustão ecológica e do restrito consumo metropolitano,¹⁹ os cafeicultores jamaicanos precisaram enfrentar, na esfera local, a demanda de braços escravos por parte dos engenhos de açúcar, que mantiveram a duras penas sua viabilidade econômica nas décadas seguintes. Não obstante a queda de competitividade, decorrente de quase dois séculos de exploração ininterrupta e de uma planta agromanufatureira inadequada diante das novidades trazidas por seus concorrentes internacionais diretos, nas três primeiras décadas do século XIX os engenhos de açúcar jamaicanos provaram ser mais eficazes que seus congêneres cafeeiros.²⁰ Problema análogo de competição entre os engenhos de açúcar e as fazendas de café pelos cativos cada vez mais escassos, sempre em prejuízo das últimas, verificou-se em Demerara, antiga possessão holandesa adquirida pelos ingleses no curso das revoluções atlânticas.²¹

De todo modo, se os proprietários jamaicanos aproveitaram satisfatoriamente o vácuo de São Domingo nas décadas de 1790 e 1800, o mesmo não se pode afirmar da VOC no espaço do Índico, algo tanto mais notável em vista do papel que Java desempenharia no mercado mundial a partir da década de 1830. Na verdade, durante todo o século XVIII a oferta javanesa foi inelástica. Nos primeiros anos de exploração sistemática da atividade, posteriores a 1725, a VOC coagiu as autoridades autóctones no oeste da ilha, em Priangan e Ciberon, para que ofertassem café a preços fixos. Esses poderes locais, por sua vez, obrigavam seus súditos a cultivar o produto em pequena escala, retendo parte ou a totalidade da renda obtida por esses camponeses a título de impostos. O método foi aplicado em outras partes da ilha nas décadas finais do século XVIII, tendo sido mantido após a dissolução da VOC em 1800, e o início da administração colonial direta pelo governo holandês. Tal organização do processo de trabalho dificultava respostas rápidas ao aumento da demanda na arena mundial, pois envolvia necessariamente negociação com os poderes locais: os camponeses, afinal, granjeavam café em pequena escala e operavam fora do sistema de preços internacionais, haja

vista ser o montante pago por unidade estabelecido de modo coercivo pela VOC. Os esforços dos holandeses para aumentar a produção, na esteira da Revolução de São Domingo, resultaram na séria rebelião de Ciberon, em 1805: na ocasião, os camponeses arrancaram os arbustos de café que cultivavam e queimaram os armazéns que estocavam as safras anteriores. Todo o sistema de trabalho e de exploração colonial em Java teve de ser reconstruído, o que só renderia frutos três décadas depois.²²

O mercado mundial do café, no período em tela (1790-1830), passou por sensíveis momentos de alta e de baixa, derivados não só do impacto de São Domingo como também dos conflitos militares que polarizaram as grandes potências atlânticas. Durante o curso dos eventos revolucionários na colônia francesa (1791-1804), os preços em Amsterdã tiveram forte alta, que se mantiveram nos três anos seguintes. O bloqueio continental e o aguçamento do confronto entre França e Inglaterra de 1808 a 1812 criaram um descompasso entre os preços (altos) registrados na praça de Amsterdã e os preços (baixos) pagos nos portos das regiões produtoras.²³ A volta da paz trouxe alta global acentuada do café, que perdurou até 1822. No decênio seguinte, os preços caíram continuamente, até atingir patamar correspondente ao que vigorara 20 anos antes. O período de 1812 a 1830, assim, pode ser apreendido como uma quadra de ajuste do mercado, sendo a primeira fase (1812-1822) de alta, após a retração artificial, e, a segunda (1822-1830), de baixa, que conduziu à equalização entre oferta e demanda, mas que, ao mesmo tempo, afastou do mercado os produtores menos eficazes.

Não por acaso, foram exatamente os anos de 1822 a 1830 que marcaram a clara diferenciação no mercado mundial entre velhas e novas regiões produtoras de café. O processo que conduziu a tanto, todavia, iniciara-se três décadas antes. A Revolução do Haiti trouxe disjunção no tempo histórico do mundo atlântico, inaugurando simultaneamente o declínio da escravidão colonial caribenha francesa e inglesa e a ascensão dos novos espaços escravistas do século XIX. Em outras palavras, o período entre as décadas de 1790 e 1820 compreendeu tanto a crise da estrutura histórica do escravismo norte-atlântico — cuja base geográfica

era formada pelas Antilhas inglesa e francesa — como a montagem da nova estrutura histórica do escravismo oitocentista — cuja base geográfica passou a ser as vastas áreas virgens do território cubano, brasileiro e norte-americano.²⁴ Esses novos espaços do século XIX estavam fora das relações imperiais tradicionais que travejavam os Caribes inglês e francês, e não apresentavam as restrições geográficas e fundiárias aí presentes. Para o nosso objeto, o Sul dos Estados Unidos — peça-chave na estrutura histórica do escravismo Oitocentista — constitui caso à parte, pois nunca produziu café, e tampouco a produção de açúcar da Louisiana se destacou no mercado mundial. Cuba e Brasil, no entanto, competiram palmo a palmo pelo comércio internacional de açúcar e café após 1790.

As raízes do deslanche açucareiro e cafeeiro cubano se encontram no período das reformas borbônicas. Cuba dispunha de amplos recursos naturais para o estabelecimento de uma economia de plantation, mas até finais do século XVIII eles permaneciam subexplorados. Entre as décadas de 1760 e 1780, a política de liberalização comercial gradual promovida pelos ministros de Carlos III e a atuação decidida das oligarquias locais possibilitaram a fundação de sólida rede de engenhos na parte ocidental da ilha, em torno do Porto de Havana. Em finais dos anos 1780, o montante da produção açucareira cubana era equivalente ao da produção total da América portuguesa.²⁵ Entre as primeiras medidas do novo monarca Carlos IV, em 1789, esteve a decretação do livre comércio de escravos por dois anos, uma medida longamente solicitada pelos proprietários cubanos, e que foi reiterada em várias ocasiões nos anos seguintes. Ainda que por algum tempo os traficantes hispano-cubanos não fossem capazes de dominar completamente o negócio (até 1807, o abastecimento de africanos em Cuba foi realizado basicamente por mercadores ingleses e norte-americanos), logo o tráfico negreiro transatlântico se tornaria um dos principais motores da economia escravista cubana, senão o mais importante.²⁶

Quando veio a oportunidade do colapso de São Domingo, enfim, os produtores cubanos estavam devidamente equipados para aproveitar as novas condições do mercado mundial. O crescimento da economia es-

cravista de plantation cubana foi vertiginoso após 1791. Foram fundados vários novos engenhos de açúcar, os antigos elevaram sensivelmente sua capacidade produtiva, e, pela primeira vez, montaram-se plantações escravistas de café, tanto no oriente como no ocidente da ilha. Esse arranque, por sua vez, contou com a reordenação do comércio de Cuba, ocorrida em resposta à conjuntura das guerras revolucionárias. Em 1796, as trocas de Cuba com a Península Ibérica foram interrompidas, situação essa que durou até 1802. Após breve normalização do intercâmbio entre metrópole e colônia, ocorreu em 1804 nova interrupção do comércio entre Cuba e Espanha, que se prolongou até 1812. Nesses anos críticos, os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial da colônia espanhola: o açúcar e o café cubanos eram adquiridos por mercadores norte-americanos (cuja nação era neutra nos conflitos atlânticos do período), que reexportavam o que não era consumido em seu país para os mercados continentais europeus. Entre 1813 e 1816, com a volta da paz na Europa e a guerra entre Estados Unidos e Inglaterra, a marinha mercante inglesa controlou as exportações agrícolas cubanas. O que importa em tudo isso é o fato de a erosão da Espanha como reexportadora dos artigos cubanos ter levado à promulgação do livre comércio colonial em 1818, autorizando nas letras da lei o comércio da ilha com mercadores de todas as bandeiras. A partir desse decreto, o controle espanhol sobre a economia de Cuba tornou-se apenas fiscal: a metrópole facilitava, com tarifas baixas, as saídas dos artigos cubanos ao mercado mundial, mas estabelecia taxas de importação que protegiam os produtos espanhóis na colônia.²⁷

As ligações da revolução em São Domingo com o avanço cafeeiro cubano foram bem mais estreitas do que o mero incentivo do mercado. O conflito generalizado que se instaurou na colônia francesa após 1791 levou muitos proprietários escravistas ao exílio, entre os quais vários cafeicultores. Dadas a proximidade geográfica e as condições ambientais favoráveis, a região montanhosa do oriente de Cuba foi a que mais recebeu refugiados franceses. Os novos imigrantes foram decisivos para a transmissão do *know-how* técnico necessário à produção do artigo, e esse

saber rapidamente foi repassado para os proprietários que estavam montando cafezais na parte ocidental da ilha (eixo Havana-Matanzas). Até 1807, a produção cubana foi diminuta, não ultrapassando a faixa de 1.000 t, mas o plantio em larga escala efetuado a partir de 1804 permitiu que, em 1810, esse número saltasse para 4.600 t. No decênio seguinte, a produção oscilou bastante, chegando em anos como 1815 e 1821 a cerca de 10.000 toneladas anuais.²⁸

Nessa altura (1821), a produção cubana era equivalente à jamaicana, sendo ambas superiores à javanesa. Na década de 1820, no entanto, enquanto a produção jamaicana estacionou, as de Cuba e de Java cresceram de forma substantiva, a primeira mais do que a segunda. Não obstante os preços internacionais terem caído de modo acentuado entre 1822 e 1830, a produção cubana praticamente triplicou no período, atingindo, em 1833, cifra próxima à de São Domingo em 1790, isto é, cerca de 29.500 t. Isso foi resultado da ampliação da área de cultivo e do conseqüente aumento do número de escravos alocados na atividade. Em 1827, a produção açucareira e a de café empregavam em Cuba igual número de trabalhadores escravizados, por volta de 50.000 cada.²⁹ Afora isso, no ocidente da ilha, onde então se localizava a maior parte das fazendas, o arbusto era cultivado nas mesmas zonas voltadas para a lavoura canavieira: café e açúcar, portanto, competiam pelos mesmos recursos naturais.

1820
Brasil
A década de 1820 é significativa, pois, pela primeira vez, o volume da produção brasileira de café se equiparou ao das grandes regiões cafeeiras do globo. Tal como na colônia espanhola, o granjeio do artigo na América portuguesa foi irrelevante até a última década do século XVIII. Como se sabe, o café foi introduzido no Estado do Grão-Pará e Maranhão na década de 1720, no mesmo movimento que levou à sua introdução na Martinica e no Suriname, mas, até finais daquele século, foi planta exclusivamente ornamental. Ainda que tenha feito parte do cálculo imperial dos administradores pombalinos na década de 1760, que pretendiam diversificar a pauta de exportações agrícolas da América portuguesa, o café não teve os cuidados que produtos como o algodão

e o arroz — remetidos em grande escala para Lisboa já na década seguinte — receberam. De todo modo, a aclimatação do cafeeiro no Centro-Sul da América portuguesa ocorreu nesse período, nas chácaras e quintais da cidade do Rio de Janeiro.³⁰

Como se leu na introdução do capítulo, os especialistas em história da cafeeira brasileira relacionaram, desde seus primeiros trabalhos, a crise da mineração à montagem das fazendas de café no início do século XIX. Com base no conhecimento atualmente disponível, pode-se afirmar que de fato existiu relação entre um processo e outro, porém não no sentido tradicionalmente apontado. Certos pontos que seriam decisivos para o deslanche cafeeiro do Brasil já se encontravam presentes em meados do século XVIII, muito por conta da economia do ouro: um volumoso tráfico negreiro transatlântico bilateral entre os portos da África Central e o Rio de Janeiro, controlado por negociantes desta praça; a existência de vias que cruzavam o Vale do Paraíba no sentido norte-sul (Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e a capitania de Minas Gerais, aberto na década de 1720) e leste-oeste (Caminho Novo da Piedade, articulando o Rio de Janeiro a São Paulo, aberto na década de 1770 para facilitar as comunicações da sede do vice-reino com as minas de Goiás e Mato Grosso); a disponibilidade de uma enorme área de terras virgens entre a serra da Mantiqueira e os contrafortes da serra do Mar, derivada da política oficial das “zonas proibidas”; por fim, um complexo sistema de transporte baseado em tropas de mulas, muito eficazes — diante dos meios disponíveis do período — para enfrentar a topografia acidentada do Centro-Sul do Brasil.

Essa infraestrutura, contudo, não foi mobilizada para a cafeeira nas décadas de 1790 e 1800. Nesses anos, a resposta dos proprietários escravistas da América portuguesa ao impacto da Revolução de São Domingo se deu sobretudo no campo açucareiro. Afora a recuperação e ampliação da atividade nas antigas regiões da costa nordeste (Recôncavo Baiano e zona da mata de Pernambuco e Paraíba), os produtores do Centro-Sul montaram novos engenhos em Campos dos Goytacazes, no Recôncavo da Guanabara, no oeste de São Paulo (Itu, Jundiá, Campinas) e

mesmo ao longo das vias que então cortavam o Vale do Paraíba — um exemplo é o do famoso engenho Pau Grande, na beira do Caminho Novo. Nos anos 1790, o crescimento da produção açucareira da América portuguesa acompanhou o ritmo da cubana.³¹ Cabe lembrar que a conjuntura de finais do século XVIII estimulou igualmente a produção de mantimentos e a criação de gado para o mercado interno, como o prova a diversificação ocorrida na comarca de Rio das Mortes, no sul da capitania de Minas Gerais, ou em diversas porções da capitania de São Paulo.³²

O ponto de virada veio com a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o súbito aumento do contingente populacional da agora sede do império português — somado às rotas de peregrinação que o novo estatuto político do Rio de Janeiro imediatamente acionou — ampliou substancialmente a demanda por gêneros de primeira necessidade. Para atendê-la, a coroa joanina buscou aprimorar a rede de caminhos que cortavam o Centro-Sul da colônia, estimulando a construção de estradas para ligar diretamente a zona produtora de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova corte. Duas dessas novas estradas, as da Polícia e do Comércio, concebidas para regularizar o fluxo de mercadorias de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, seriam absolutamente centrais para o deslanche da cafeicultura no médio Vale do Paraíba: sua abertura gerou intensa febre fundiária, e em suas margens seriam em breve fundados dois dos maiores municípios cafeeiros mundiais do século XIX, Vassouras e Valença.³³ Em segundo lugar, a abertura dos portos permitiu, após 1808, a conexão direta dos senhores de escravos da América portuguesa com o mercado mundial. Em conjunção com o crescimento demográfico da corte, o decreto de livre comércio teve impacto imediato sobre a demanda de escravos: na década de 1800, desembarcou ali a média anual de 10.000 cativos africanos. No decênio seguinte (1811-1820), sob o novo regime de comércio, a cifra praticamente duplicou: cerca de 19.000 africanos aportaram anualmente como escravos no Rio de Janeiro.³⁴ Parte desses escravos obtidos a baixo custo no trato atlântico foi destinada às crescentes lavouras de café,

cujos proprietários tinham à disposição, no porto carioca e em seus satélites ao longo do litoral até Santos, todo um sistema comercial (armazéns, casas mercantis etc.) montado há tempos para a exportação de açúcar, couros, algodão e outros gêneros.³⁵

Os senhores de escravos que investiram em café na década de 1810 responderam claramente aos incentivos do mercado internacional. Afora uma série de preços pagos diretamente aos produtores entre 1798 e 1830,³⁶ temos o registro qualitativo de Saint-Hilaire. Nos primeiros meses de 1822, ao percorrer o Caminho Novo da Piedade, que cortava o Vale do Paraíba paulista em direção à cidade do Rio de Janeiro, o naturalista francês anotou que “as terras dos arredores de Taubaté são muito próprias à cultura da cana e do café. Antigamente, era a cana o que mais se plantava, mas depois que o café teve alta considerável, os agricultores só querem tratar de cafezais”. Mais adiante, na altura de Areias, após entrevistar um senhor de escravos, registrou: “segundo o que me informaram ele, o filho e outras pessoas, a cultura do café é inteiramente nova nesta região e já enriqueceu muita gente”.³⁷

A avaliação de Saint-Hilaire encontra respaldo nos dados da exportação brasileira. A média anual no período de 1797 a 1811 (refletindo o quadro vigente antes da abertura dos portos) era de cerca de 400 toneladas. No quinquênio 1812-1816, o impacto do intercâmbio direto com o mercado mundial e seus preços em forte alta rapidamente se fez sentir: a produção brasileira de café subiu para a média anual de 1.500 t. No quinquênio seguinte (1817-1821), cresceu quatro vezes em relação ao lustro anterior, pulando para 6.100 t anuais. Nos anos da independência (1822-1823), a produção dobrou, chegando a 13.500 t, o que igualava o montante brasileiro ao que então se obtinha em Cuba. D. Pedro tinha razões de sobra para inscrever o ramo de café no escudo de armas do império recém-fundado: se o valor total de sua exportação ainda não suplantara a do açúcar, o crescimento que o artigo verificava desde 1812 muito prometia para breve.

O crescimento de fato se acelerou sobremaneira nos dez anos seguintes, quando a produção quadruplicou, de 13.500, em 1821, para 67.000 t,

em 1833. Essa cifra equivalia ao montante mundial de 1790; o teto de São Domingo pré-revolução, até então inalcançável, era definitivamente coisa do passado. No início da década de 1830, o Brasil reinava como o maior produtor mundial, bem à frente dos demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Haiti). Como explicar o salto brasileiro da década de 1820, em uma conjuntura de queda acentuada dos preços internacionais? Os produtores deixaram de reagir ao sistema de preços, guiando suas estratégias empresariais pelo que vislumbravam em termos de ganhos sociais e simbólicos, como argumenta João Fragoso? E por que essa produção se concentrou quase exclusivamente no Vale do Paraíba?

questões de cultura do café Para responder às primeiras perguntas, é importante ter em conta duas especificidades do café. O hiato entre o plantio do arbusto e a venda de grãos beneficiados no mercado é de, no mínimo, três anos, sendo que a planta só entra em produção plena aos cinco anos de idade. Como meio para contornar o problema, os fazendeiros adotaram a prática, desde os primeiros anos da atividade no Brasil, de plantar milho e feijão entre as fileiras de arbustos, com o duplo objetivo de garantir sombreamento para os pés recém-plantados e manter a escravaria trabalhando de forma produtiva no amanho de mantimentos. A oferta de mais produto como resposta aos preços em alta em um determinado ano, portanto, só se faria sentir de três a cinco anos depois. O outro dado importante, como bem ressalta Pedro Carvalho de Mello, é o fato de os arbustos possuírem “uma característica de bens de capital, pois uma vez plantados, podem produzir frutos de café por muitos anos. (...) Não se podia, pois, abandonar a cultura, sem que isso representasse graves perdas de capital, o que contrastava com o algodão e a cana-de-açúcar. Mesmo com os preços em baixa, os fazendeiros continuavam a cuidar das árvores já plantadas, na expectativa de aumentos futuros no preço do café”.³⁸

O que os preços da década de 1820 indicam? Os valores pagos pelo café em Nova York — novo centro de distribuição mundial — caíram sensivelmente no período de 1823 a 1830, de 21 para oito dólares por libra.³⁹ Todavia, devemos lembrar aqui um aspecto da crítica de Gorender a Fragoso, a saber, o papel da desvalorização cambial na composição dos

preços efetivamente recebidos pelos produtores brasileiros.⁴⁰ A intensidade da queda dos preços em dólares diminuiu entre 1827 e 1830, com tendência a se estabilizar em patamar baixo (de nove a oito dólares), nos exatos anos em que os fazendeiros brasileiros — conforme dados recolhidos por Luna e Klein para o fundo Vale do Paraíba paulista⁴¹ — passaram a ganhar mais em mil-réis por unidade de produto; nesses anos, portanto, a desvalorização cambial favoreceu claramente os exportadores. A série de Luna e Klein se encerra em 1830; a de Nova York, por outro lado, indica alta de quase 30% nos preços pagos em dólares entre 1830 e 1835. Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t.

Esses números dão a ver a pronta resposta dos produtores brasileiros ao que o mercado sinalizava. No entanto, permanece o fato de que os preços pagos caíram efetivamente na década de 1820. Segundo Fragoso, “entre 1821 e 1833, a queda anual registrada (em mil-réis) para o preço unitário do café foi de -2,07 %”.⁴² Falta examinar, então, quais as condições que permitiram que os senhores de escravos brasileiros ofertassem cada vez mais café no mercado mundial, a despeito da tendência acentuada de queda dos valores recebidos por unidade de produto.

Aqui entra o papel do Vale do Paraíba como região nova no mercado mundial do café. Já adiantamos que havia infraestrutura adequada no Centro-Sul do Brasil em finais do século XVIII, como resultado das alterações que a mineração trouxe para sua paisagem econômica. Vale retomar dois desses pontos, a saber, a disponibilidade de terras e o sistema de transporte. O Vale do Paraíba pode ser dividido em três sub-regiões: o alto Paraíba, ocupando terras das nascentes até a zona de Queluz e Resende, na atual divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; o

médio Paraíba, de Barra Mansa até a região de São Fidélis; o baixo Paraíba, que engloba as terras desse ponto até a foz, correspondentes *grosso modo* aos Campos dos Goytacazes. O primeiro trecho foi ocupado já no século XVII, como resultado da expansão paulista em busca de índios; o terceiro trecho, desde a segunda metade do século XVII, com a criação de gado e, posteriormente, produção de açúcar.⁴³ Pouco visitada no século XVII, na centúria seguinte a sub-região do médio Paraíba teve sua ocupação bloqueada por conta da política oficial portuguesa das áreas proibidas, adotada a partir da década de 1730; a ordenação buscava “evitar o extravio de ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros, passagens e a vigilância das Patrulhas do Mato”.⁴⁴ É certo que, mesmo antes de sua revisão na década de 1780 (no contexto do reformismo ilustrado), as terras a leste e oeste do Caminho Novo — ou Estrada Real — foram exploradas por garimpeiros clandestinos e pequenos posseiros, mas o povoamento sistemático foi barrado de forma eficaz.⁴⁵ Como resultado dessa política, havia, no médio Paraíba de finais do século XVIII e inícios do XIX, enorme quantidade de terras virgens, sem travas fundiárias, plenamente aptas em termos de altitude e clima à cafeicultura e distantes não mais de 150 km da miríade de ancoradouros naturais localizados ao sul do grande porto do Rio de Janeiro. Não havia competição entre o açúcar e o café por essas terras, como ocorria em Cuba, e tampouco a ausência de terras virgens como na Jamaica. Trata-se, enfim, de espaço aberto à montagem de fazendas com escala inédita de operação. → a distribuição

A produtividade dos plantios em terrenos de derrubadas, já considerável em vista do húmus acumulado secularmente pela mata, era ainda maior no Vale em decorrência do método de cultivo não sombreado dos pés, quando em plena produção. Se, por um lado, os cafezais manejados dessa forma exigiam capinas constantes, tinham rendimento oscilante de uma safra a outra e seus grãos eram considerados de qualidade inferior, por outro lado apresentavam produção inicial bem mais elevada.⁴⁶ Os registros disponíveis indicam que a produtividade dos pés de café cultivados no Vale do Paraíba caiu ao longo do século XIX, mas,

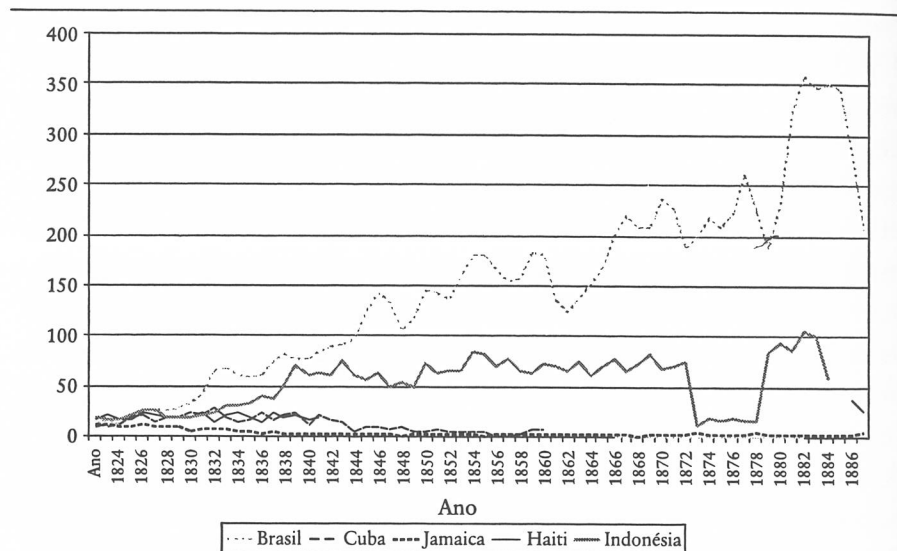
para as primeiras décadas, os números são bastante altos. Saint-Hilaire anotou, no relato citado, produção de 91 arrobas de café beneficiado por 1.000 pés, ao passo que o padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, no primeiro manual agrônomo que apresentou o saber elaborado no Vale do Paraíba, registrou a produtividade de 100 arrobas por 1.000 pés na região de Valença.⁴⁷ Para efeitos de comparação, vejam-se dados relativos a duas outras regiões. Carlos Augusto Taunay, com base na observação dos cafezais da Tijuca (Rio de Janeiro) em finais da década de 1820, apontou 20 arrobas por 1.000 pés.⁴⁸ O censo cubano de 1827, por sua vez, deu 27 arrobas de produção média por 1.000 pés plantados na ilha, número superior às 9,8 arrobas por 1.000 pés que o agrônomo cubano Tranquilino Sandalio de Noa supunha como norma em uma grande plantation em 1829.⁴⁹

Para escoar a produção crescente do Vale do Paraíba na década de 1820, havia que ultrapassar os obstáculos da topografia acidentada e da distância dos portos do litoral. Nesse ponto residiu a maior contribuição da economia da mineração para a cafeicultura oitocentista. Em resposta à demanda mineira, elaborou-se, na segunda metade do século XVIII, um complexo sistema de criação e comercialização de mulas que articulava o Sul da América portuguesa às capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fornecendo o meio básico de transporte para todo o Centro-Sul da colônia. Quando veio o empuxo do mercado mundial na virada do século XVIII para o XIX, esse sistema foi imediatamente mobilizado para o escoamento da produção cafeeira de serra acima. Na medida em que as novas fazendas do Vale do Paraíba distavam dos portos do litoral não mais do que sete dias de jornada (tendo por referência a jornada habitual de três léguas ao dia), e dados os custos relativamente baixos de aquisição e manutenção das tropas até meados do século XIX, a equação preço do artigo/preço do frete/volume a transportar/distância a percorrer foi plenamente operacional com o sistema das mulas.⁵⁰

O DOMÍNIO DO VALE DO PARAÍBA SOBRE O MERCADO MUNDIAL DO CAFÉ,
C.1830-1880

O gráfico das exportações globais de café entre 1823 e 1888 expressa com muita clareza a posição que o Brasil passou a ocupar no mercado mundial do artigo a partir da década de 1830. O resultado das safras de 1831 a 1833, que trouxeram a duplicação do volume anual, isolou-o bem à frente dos demais competidores. Outros saltos vieram entre 1843 e 1847, quando a produção se estabilizou no patamar de 150.000 t/ano, na segunda metade da década de 1860 (225.000 t) e em finais da década de 1870 (350.000 t). Com ligeiras alterações de uma safra a outra, o Brasil — leia-se o Vale escravista, ao menos até meados da década de 1870, quando o oeste paulista e da zona da mata mineira aumentaram o volume da produção — dominou de forma incontestada a oferta mundial no século XIX, tendo por único competidor real as colônias holandesas na Indonésia (Java).

Gráfico 1
Exportações de café — 1823-1888



Fonte: Mario Samper & Radin Fernando, "Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960", in William Gervase Clarence-Smith & Steven Topik (orgs.), *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 411-462.

A escala e o caráter do mercado se modificaram de modo igualmente profundo no século XIX. Na década de 1880, a produção total de café no globo era dez vezes maior do que cem anos antes. Entre uma data e outra, a grande novidade foi o aparecimento dos Estados Unidos como comprador. Nesse período, sua população aumentou 15 vezes e o consumo *per capita* anual passou de apenas 25 gramas para quatro quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido. Os demais grandes compradores do período, todos localizados no norte de uma Europa em rápido processo de industrialização e urbanização, também se distinguiram no século XIX pela explosão demográfica e pelo notável aumento nas taxas de consumo *per capita*. Interessa destacar nisso tudo que a passagem do mercado restrito e de luxo do século XVIII para o mercado de massa industrial do século XIX foi claramente induzida pela oferta a baixo custo do produto.⁵¹

As novas condições da economia internacional de artigos tropicais exigiram das regiões que operavam nessa arena aumento constante de produtividade, sob o risco de se verem excluídas do mercado. Para aquelas antigas regiões produtoras sem reservas de áreas para expansão ou que haviam sido afetadas pela crise do escravismo colonial (caso de São Domingo em finais do século XVIII, ou da Jamaica e Suriname nas primeiras décadas do século XIX), a perda de competitividade logo as afastou das posições centrais do mercado. Como se sabe, esse não foi o caso do Brasil e de Cuba, que, por meio de pactos firmados dentro dos marcos de suas respectivas monarquias constitucionais (império do Brasil e Espanha liberal), construíram arranjos políticos nas décadas de 1810 e 1820 que ajudaram a fundar a instituição escravista em bases mais seguras, capazes de enfrentar as fortes pressões antiescravistas externas capitaneadas pela Inglaterra.⁵² No entanto, em vista do desempenho cubano na produção açucareira, de sua ampla disponibilidade de terras virgens e da continuidade do tráfico transatlântico de escravos até a década de 1860, sua exclusão do mercado cafeeiro mundial chama atenção. Por que isso ocorreu? E por que Java, na Indonésia, cuja economia não era escravista, conseguiu manter-se como grande região produtora ao lado do Brasil?

No que se refere à primeira questão, houve estreita relação entre o deslanche cafeeiro do Brasil, a crise da cafeicultura em Cuba e seu arranque açucareiro. Como já registramos, na região ocidental da colônia espanhola os cafezais haviam sido montados nas zonas de implantação dos engenhos, competindo, portanto, pelos mesmos recursos em termos de terras e trabalho. Até a década de 1820, não raro os grandes senhores de escravos empregaram seus capitais simultaneamente nas duas atividades.⁵³ O médio Vale do Paraíba, por seu turno, foi construído entre as décadas de 1810 e 1830 como região exclusivamente cafeeira, distinta das zonas açucareiras das terras baixas fluminenses e do oeste de São Paulo. Que as terras do ocidente de Cuba não fossem tão aptas para a cafeicultura como as do Vale, comprova-o a diferença na produtividade dos pés. O caráter de bens de capital dos arbustos de café criava dificuldade adicional para a atividade no ocidente de Cuba, região bastante assolada por furacões: se a intempérie não constituía obstáculo para os canaviais, capazes de, em um ano, retomar o padrão anterior à sua passagem, ela poderia ser devastadora para os cafezais, que teriam de ser replantados e demandariam pelo menos cinco anos para recuperar a produtividade plena.

Ao longo da década de 1820, os produtores cubanos tomaram consciência do peso da competição brasileira. Os preços em queda no mercado mundial eram resultado evidente do aumento global da produção. Em setembro de 1828, o Consulado de Havana, em resposta a inquérito solicitado pelo intendente da colônia, informava que *“las nuevas plantaciones que inundaran las regiones equinociales han hecho bajar el precio en términos que apenas da para costear los gastos de su producción, viéndose arruinar rápidamente multitud de cafetales que constituían gran parte del capital de la Isla, el cual no sería exagerado decir había disminuido en dos terceras partes”*.⁵⁴ Diante da crise, a Sociedade Econômica dos Amigos do País de Havana convocou, em 1829, debate sobre o assunto. Entre as questões sobre o cultivo do café colocadas na mesa, uma indagava se seria *“prudente abandonarlo”* em vista dos ganhos decrescentes.⁵⁵ A resposta, na ocasião, foi negativa, mas os debatedores con-

cordaram sobre a necessidade de reduzir custos e aumentar a eficiência para fazer frente aos competidores brasileiros.

O conflito fiscal entre Espanha e Estados Unidos no começo da década seguinte excluiu os cubanos do principal mercado comprador do período, em franco processo de crescimento e no momento exato em que decretava o fim das tarifas de importação para o café. Conhecida como a “guerra das farinhas”, a questão derivou da política fiscal que a Espanha adotou para tornar o mercado cubano cativo da produção cerealífera metropolitana. Em resposta, os Estados Unidos, grandes exportadores de mantimentos para Cuba, retaliaram a Espanha elevando as taxas de importação de artigos espanhóis, entre os quais o café cubano.⁵⁶ A represália não durou muito, porém o tempo suficiente para que os produtores escravistas brasileiros invadissem aquele mercado e atrelassem seu futuro aos padrões de consumo norte-americano.

A incapacidade de os produtores cubanos competirem com os produtores brasileiros em um quadro de queda acentuada dos preços, somada à sua exclusão do mercado dos Estados Unidos, selou o destino da cafeicultura na ilha. O início da construção da malha ferroviária cubana em 1837, ao aumentar a vantagem comparativa do açúcar cubano nos mercados internacionais, levou a massiva transferência de recursos — terras e escravos — de uma atividade para outra.⁵⁷ O devastador furacão de 1844 coroou a falência da outrora florescente cafeicultura do ocidente de Cuba. Houve, entretanto, o outro lado da moeda. O arranque açucareiro cubano a partir da década 1830 roubou paulatinamente o espaço que os senhores de engenho do Brasil ocupavam no mercado mundial. Durante a vigência do tráfico transatlântico de escravos, a economia açucareira brasileira acompanhou a duras penas a expansão dos cubanos nesse ramo, o que, porém, se tornou inviável após 1850.⁵⁸

A última observação nos conduz ao ponto central para a compreensão do crescimento da produção cafeeira do Vale do Paraíba, isto é, o trabalho escravo. Nos anos 1820 e 1830, era voz corrente em Cuba que os escravos custavam lá o dobro do que se pagava no Brasil.⁵⁹ Os dados fornecidos por David Eltis corroboram a percepção dos contemporâneos:

suficiente a queda nos preços

Questões econômicas no Brasil

até a década de 1850, as curvas nos preços dos cativos adquiridos no tráfico transatlântico para o Brasil e para Cuba foram estritamente congruentes, mas os valores cubanos estiveram sempre acima dos brasileiros.⁶⁰ A explicação para a diferença é simples. O tráfico para o Centro-Sul do Brasil era comandado desde a virada do século XVII para o XVIII por negociantes luso-brasileiros residentes na praça do Rio de Janeiro, que operavam fundamentalmente na zona congo-angolana: comando local das operações, viagens mais curtas e contatos mais sólidos no continente africano possibilitavam a redução do preço final dos africanos embarcados como escravos. Os traficantes hispano-cubanos, a despeito de serem tão eficazes como seus pares brasileiros e portugueses, só tinham entrado no infame comércio no início do século XIX, e a distância a ser percorrida no Atlântico era bem maior do que a rota dos negreiros que se dirigiam ao Centro-Sul do Brasil. A eficiência dos traficantes cariocas permitiu também a importação, após 1811, de quantidades expressivas de escravos da costa oriental da África.⁶¹

O custo dos escravos, contudo, não pode ser tomado como variável econômica independente, vinculada apenas ao jogo da oferta e da procura. A campanha sistemática comandada pela Inglaterra contra o tráfico negreiro transatlântico e a própria escravidão exigiu dos espaços escravistas em expansão uma resposta política concertada. No caso do Brasil, sua independência em 1822 abriu um flanco para a pressão inglesa, pois desde o Tratado de 1817 com a então coroa portuguesa a questão estivera congelada no plano diplomático. Em troca do reconhecimento formal do novo Estado soberano, a Inglaterra exigia de d. Pedro I compromisso efetivo com o encerramento do tráfico. A matéria se resolveu apenas em 1826, com a assinatura da convenção que previa o fim do tráfico entre África e Brasil para três anos após sua ratificação pela Inglaterra, o que ocorreu em 13 de março de 1827. A arenga diplomática, além de erodir parte não desprezível do capital político do primeiro imperador do Brasil e contribuir para sua queda em 1831, foi acompanhada de perto por negreiros e fazendeiros, que aceleraram as importações na segunda metade da década de 1820.⁶² Entre 1821 e 1825, foram desembarcados no

porto do Rio de Janeiro cerca de 112.000 africanos escravizados, ao passo que no lustro seguinte chegaram 186.000 cativos.⁶³ A aceleração das importações expressava com nitidez a concepção coeva de que o tráfico seria efetivamente encerrado em 1830.

Os anos de maior introdução de cativos africanos pelo porto carioca (1828 e 1829, com 45.000 e 47.000 africanos, respectivamente) encontraram correspondência nas safras abundantes de 1833 e 1834, quando a cafeicultura do Vale dobrou o volume da produção obtida em 1831. Vê-se, portanto, que parte considerável desses novos escravos foi parar em fazendas de serra acima. A produção de café brasileira girou em torno desse patamar até 1838, quando voltou a crescer, de início lentamente, para dar novo salto a partir de 1842, com 84.221 t; em 1843, 89.550 t; em 1844, 91.980 t; em 1845, 97.440 t; em 1846, 123.300 t. A produção de 1847 chegou a 141.810 t, maior volume anterior ao tráfico, estabilizando-se até o novo salto da safra de 1855, de 181.290 t.

Com os números das safras da década de 1840, queremos ressaltar a correlação estreita que houve entre o crescimento da cafeicultura e a escravaria adquirida no trato atlântico, e, em particular, o quanto a produção de 1842 em diante contou com cativos africanos comprados após 1835. Para tanto, a ação ensaiada dos fazendeiros do Vale do Paraíba com os grupos políticos ligados ao Regresso foi fundamental. Conforme a letra do tratado anglo-brasileiro de 1827, o tráfico cessaria em março de 1830. Com o objetivo de reafirmar a soberania brasileira na questão, um Parlamento bastante fortalecido com a queda de d. Pedro I aprovou a lei de 7 de novembro de 1831, que trazia disposições draconianas para combater o tráfico: os africanos que doravante fossem introduzidos em território nacional seriam automaticamente libertados, prevendo-se seu retorno imediato à África; os transgressores — vendedores ou compradores — seriam submetidos a processo criminal; as denúncias contra a prática tanto do desembarque ilegal como da mera posse de escravos ilegais poderiam ser apresentadas por qualquer indivíduo. Nas letras da lei, portanto, os fazendeiros que adquirissem africanos no trato transatlântico ficariam expostos a severas punições. Usualmente reputado como

“para inglês ver”, o decreto de 7 de novembro pretendia de fato acabar com o tráfico transatlântico e desse modo foi lido pelos coetâneos. Tanto é assim que, entre 1831 e 1835, as entradas diminuíram abruptamente (cerca de 4.000 no Centro-Sul do Brasil), tornando-se o tráfico como que residual.⁶⁴

De 1835 em diante, ocorreu profunda reversão nesse quadro. As vozes pró-escravistas voltaram a articular-se nos espaços de opinião pública após período de refluxo, e ampla coalizão de ex-liberais moderados e ex-caramurus com setores dos proprietários rurais mais capitalizados do Centro-Sul — base da formação do futuro Partido Conservador⁶⁵ — passou a advogar pura e simplesmente a anulação da lei de 7 de novembro de 1831. Nesse movimento de mão dupla entre as demandas de grupos sociais expressivos e os esforços de arregimentação de eleitores por parte de uma nova força política, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desempenharam papel fulcral. Por meio de pressão política direta e de ações no espaço público, davam a ver sua disposição para reabrir o tráfico. Dos vários exemplos que poderiam ser citados, cabe lembrar uma representação que a Câmara de Valença — município do centro cafeeiro do médio Vale do Paraíba fluminense — endereçou ao Parlamento imperial em meados de 1836. Assinado por figuras de proa do senhoriato local (Manoel do Vale Amado, Camilo José Pereira do Faro, João Pinheiro de Souza, visconde de Baependy), o documento registrava:

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação. A Câmara Municipal da Vila de Valença, tendo-vos já pedido providências sobre a lei de 7 de Novembro de 1831, vem hoje novamente lembrar-vos que lanceis Vossas vistas sobre a mais respeitável e interessante porção da população do Império, que a maior parte está envolvida na infração da mencionada lei, porque a necessidade a ela os levou; cumpre portanto a Vós, Augustos e Digníssimos Senhores, evitar a explosão que nos ameaça, derogando em todas as suas partes a dita lei de 7 de Novembro de 1831, porque sua execução é impraticável e ela, longe de trazer benefício a Vossos Conciudadãos, os insinua à imoralidade; sua derrogação é de reconhecida

utilidade, e sua execução seria concitar os Povos a uma rebelião e formal desobediência, por que essa maioria respeitável de Vossos Conciudadãos de qualquer das formas procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas, adquiridas com tantas fadigas e suores.⁶⁶

Contra a eventualidade de execução da lei, que libertaria os cativos importados após 1831 e colocaria nas barras dos tribunais seus possuidores, os representantes dos cafeicultores ameaçavam o poder público com a possibilidade de resistência aberta. O que estava em jogo, no entanto, não eram apenas os africanos até então adquiridos, mas os que doravante seriam comprados. Ao tornarem a matéria — desde 1835 — pauta de campanha política, os agentes do Regresso conservador acenaram aos traficantes e cafeicultores que dariam sinal verde à retomada do infame comércio. A estratégia funcionou muito bem, pois, na segunda metade da década de 1830, enquanto desembarcavam nos portos do Centro-Sul do império mais de 150.000 africanos ilegalmente escravizados, número que subiu para 166.000 na década seguinte, os saquaremas conseguiram impor integralmente sua agenda à política imperial.⁶⁷

Vê-se, por conseguinte, que o avanço cafeeiro do Brasil dependeu de modo estrito de acordos políticos internos que dessem segurança institucional aos que investiam no ramo. Todos os escravos africanos importados depois de 1831 eram formalmente livres, mas em momento algum o Estado brasileiro questionou a posse efetiva dos fazendeiros. A massa de africanos ilegalmente escravizados só se tornou questão política depois de segunda metade da década de 1860, já no contexto de perda de legitimidade social e política da instituição.⁶⁸ Em meados do século XIX, os municípios cafeeiros do médio Vale do Paraíba encontravam-se suficientemente abastecidos de trabalhadores cativos; de agora em diante, a reposição dessa força de trabalho, bem como a aquisição dos escravos necessários à expansão em novas frentes, como as de Cantagalo, no Rio de Janeiro, a da zona da mata mineira e do oeste de São Paulo, ocorreria basicamente por meio do tráfico interno, que foi articulado econômica e politicamente logo nos primeiros anos da década de 1850.⁶⁹

Com ampla oferta de terra e de trabalho, as fazendas do Vale se diferenciaram de suas equivalentes em outras partes do globo por suas dimensões espaciais e quantidade de mão de obra empregada. A historiografia clássica veiculou a ideia de que a produção cafeeira do Brasil no século XIX advinha sobretudo de grandes unidades rurais, usualmente com o emprego de uma centena ou mais de escravos.⁷⁰ Pesquisas cuidadosas no campo da demografia histórica posteriores à década de 1980 procuraram rever essa imagem. Valendo-se de fontes até então pouco exploradas, como as listas nominativas de habitantes e os registros de matrícula de escravos elaborados após 1871, os investigadores apontaram para a existência de grande quantidade de pequenos e médios proprietários escravistas envolvidos diretamente na produção de café. A posse média de escravos, afirmam, estaria bem abaixo do número tradicionalmente anotado.⁷¹

A questão, no entanto, permanece em aberto, pois grande parte dos estudos demográficos disponíveis versa sobre os municípios cafeeiros de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX. Com exceção de Bananal e de Campinas, antes do quarto final do oitocentos nenhuma localidade paulista rivalizou em volume de produção e montante relativo e absoluto de escravos com os grandes municípios escravistas do Vale fluminense, isto é, Vassouras, Valença, Piraí, Barra Mansa, Paraíba do Sul e Cantagalo. Faltam pesquisas demográficas detalhadas a respeito desses municípios, porém temos à disposição um trabalho recente e pormenorizado sobre Vassouras. Seu autor, Ricardo Salles, indica que, se a propriedade escrava nesse município foi desde o início da cafeicultura disseminada no tecido social, com um grande número de homens livres possuindo escravos, a concentração foi não obstante muito acentuada. Os dados agregados para o período de 1821 e 1880 informam que os “megaproprietários”, donos de mais de cem escravos e correspondentes a 9% dos senhores, possuíam 48% da escravaria total; somados aos que tinham de 50 a 99 escravos (“grandes proprietários”), equivaleram a 21% dos senhores, donos de 70% dos cativos. Salles esclarece ainda que a acumulação de escravos nas mãos desses grandes e

megaproprietários ocorreu na fase de expansão das lavouras de café, isto é, de 1836 a 1850, durante a vigência do tráfico transatlântico ilegal e não após seu encerramento.⁷²

Em vista desses dados, pode-se afirmar que o grosso da produção de café de Vassouras era obtido em unidades com escravarias numerosas, conclusão passível de generalização para os demais municípios cafeeiros do médio Vale fluminense. Escravaria numerosa, entretanto, não significa necessariamente grande propriedade rural. Não raro houve fazendas com mais de cem escravos que contavam com menos de cem alqueires geométricos (480 hectares). Os trabalhos sobre a estrutura fundiária do Vale, aliás, documentam a presença substantiva de sítios e situações, unidades com menos de 50 alqueires que englobavam a maioria das posses rurais, afora uma miríade de agregados e pequenos posseiros que dependiam de acordos com os grandes senhores para sua permanência na terra, em relação eivada de tensões. O tamanho usual para as fazendas que empregavam mais de cem escravos girava de cem a 300 alqueires, sendo poucas as propriedades com área superior a isso; seja como for, eram seus donos que controlavam a quase totalidade da superfície de seus municípios.⁷³

A distribuição das propriedades rurais em uma espécie de colcha de retalhos, com mescla caótica de grandes fazendas, fazendolas, sítios e posses de agregados, ligava-se não só às particularidades da ocupação agrária da região, em especial o papel que essa assimetria desempenhava no jogo político local baseado em práticas de clientelismo,⁷⁴ como também às especificidades da organização do processo de trabalho e de produção. Por um lado, a produção de café era plenamente viável em pequenas unidades que a combinavam com o plantio de mantimentos destinados à venda no mercado. Por outro lado, dadas as necessidades de controle espacial da escravaria,⁷⁵ as grandes unidades em plena operação tinham um tamanho máximo que era ditado pelo tempo de deslocamento dos trabalhadores da quadra da senzala — sempre acoplada à casa de vivenda e às instalações produtivas — ao eito. Nisso reside o porquê de muitos dos megaproprietários de escravos, donos de centenas e por vezes

milhares de cativos, fundarem várias fazendas contíguas, cada qual com sua sede (senzalas, terreiros, engenhos, tulhas), em vez de as integrar em um único latifúndio. Fazendas com mais de 400 alqueires, afinal, exigiam longas caminhadas da senzala aos cafezais, com o consequente dispêndio desnecessário de tempo e de energia dos trabalhadores.

A configuração interna das fazendas era igualmente a de uma paisagem descontínua, algo determinado antes de tudo pela topografia dos mares de morros. Mas não apenas isso, pois as próprias estratégias de gestão agrária adotadas conduziam a tal conformação. O plantio alinhado vertical dos pés de café ocorria nos morros de meia laranja, em terrenos de derrubada e queima de mata. No entanto, não se alocava o arbusto em todos os outeiros. De acordo com a altitude em que se situava a fazenda, as fileiras eram dispostas ou nas faces dos morros que recebiam o sol da manhã (“noruegas”) ou nas que eram ensolaradas à tarde (“soalheiras”). Durante o período de crescimento dos arbustos, cultivava-se milho e feijão entre as fileiras bastante espaçadas dos pés de café; baixios, várzeas e brejos, inadequados ao cafeeiro, eram cultivados com arroz e cana. Os arbustos assim plantados permaneciam produtivos por no máximo 25 anos, mas seus rendimentos eram perceptivelmente decrescentes a partir de 15 anos. Para se manter a produção em patamares estáveis, fazia-se necessário replantar constantemente pés de café em matas de derrubada, com vistas à substituição dos arbustos velhos e improdutivos prestes a serem convertidos em pasto, roças de subsistência ou capoeiras.⁷⁶

Na base desses esquemas de administração da paisagem, cujos dois pontos essenciais eram o cultivo em derrubadas e o plantio alinhado vertical e bem espaçado dos pés, residia o propósito de otimizar o processo de trabalho. A adoção da primeira técnica permitia o rápido preparo do terreno sem dispêndio excessivo de tempo de trabalho. A segunda garantia, pela visualização, o controle estrito do trabalho dos escravos. No amanho dos cafezais, os escravos, organizados em turmas (ou ternos, na linguagem oitocentista) sob o comando de um capataz, eram alocados cada qual em uma fileira de arbustos, com o objetivo de seguirem todos o mesmo ritmo de trabalho. Dado que o espaçamento entre as fileiras

era considerável (de 12 a 15 palmos, 2,64 a 3,3 metros), o capataz, na base do outeiro, poderia observar se a linha de cativos prosseguia no mesmo passo ditado pelos trabalhadores das pontas. No período de colheita, a organização do trabalho era distinta, seguindo um sistema de tarefas atribuídas individualmente a cada escravo do eito e variáveis conforme o volume estimado da safra.⁷⁷

A cafeicultura escravista brasileira combinou assim as duas modalidades básicas de organização do processo de trabalho escravo presentes nas demais regiões de plantation do Novo Mundo, as turmas sob comando unificado (*gang system*) e o sistema de tarefas individualizado (*task system*).⁷⁸ Tal arranjo, ademais, permitiu aos senhores a imposição de assombrosa taxa de trabalho a seus cativos. Na cafeicultura de São Domingo, a um escravo de eito eram atribuídos usualmente entre 1.000 e 1.500 pés de café, o mesmo que se imputava aos escravos jamaicanos. Em Cuba, estimava-se que um cativo de roça cultivaria em média 2.000 pés, número semelhante ao do início da cafeicultura no Vale do Paraíba, onde, no entanto, pressupunha-se que os trabalhadores cultivariam também seus próprios mantimentos.⁷⁹ Registros posteriores dão conta do que se passou a exigir dos escravos com a progressiva especialização das fazendas. Um livro de contas de Cantagalo consultado pelo diplomata Johann Jakon von Tschudi em 1860 apontava cerca de 3.800 pés por escravo de roça. A tese que Reinhold Teuscher — médico de partido das fazendas de Antonio Clemente Pinto (barão de Nova Friburgo), também em Cantagalo — apresentou alguns anos antes à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro veiculava número ainda maior: “5 a 6.000 pés de café” para cada escravo de eito.⁸⁰ As consequências do método agrônômico que possibilitava tais taxas de exploração do trabalho eram a erosão, o esgotamento do solo e o envelhecimento precoce dos pés, o que, por sua vez, demandava replantios periódicos em matas virgens. Sobre-exploração dos trabalhadores e devastação ambiental eram faces da mesma moeda na dinâmica da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba e na formação do mercado de massa da bebida.

De 1840 em diante, a única região produtora mundial que se mostrou capaz de competir com o Vale do Paraíba foi a possessão holandesa

de Java, na Indonésia. Suas trajetórias, porém, foram bastante distintas: enquanto a produção brasileira verificou aumento constante, a de Java estacionou no patamar de 75.000 toneladas anuais. A discrepância muito revela sobre a natureza do complexo cafeeiro escravista do Vale. Vimos, na segunda parte do capítulo, que a economia de Java passou por sérias atribulações na virada do século XVIII para o XIX. Os esforços de reforma posteriores ao fim da VOC levaram, na década de 1830, à construção de um novo modelo de exploração colonial, o *Kultuur Stelsel*, ou “sistema de cultivo”. Seu elaborador, Johannes Van den Bosch, avaliava que, em face da proximidade com os mercados europeus e o baixo custo do trabalho proporcionado pela escravidão negra nas Américas, seria impossível a Java competir no mercado mundial valendo-se unicamente do emprego de trabalho livre em grandes unidades pertencentes a investidores privados. Em resposta ao problema, Van den Bosch propôs um esquema — logo implementado pelo Estado holandês — no qual os camponeses indonésios seriam compelidos a pagar seus tributos em espécie, e não em dinheiro. Tratava-se de reconfiguração em novas bases de práticas pretéritas da VOC: sob o *Kultuur Stelsel*, os camponeses deveriam alocar um quinto de suas terras para o granjeio de artigos determinados pelo governo, fornecendo-os a preços fixos aos armazéns oficiais sem ser supervisionados no processo de produção. O café tornou-se a espinha dorsal do sistema e a principal fonte de rendas para o Estado colonial. Os preços pagos aos camponeses não seguiam os valores do mercado mundial do café, o que resultava em imensa transferência de excedentes para os poderes coloniais. Os ganhos se ampliavam com as operações da *Nederlandsche Handelmaatschappij*, companhia semimonopolista que remetia o artigo para venda no mercado de Amsterdã.⁸¹

O “sistema de cultivo” permitiu notável aumento da produção de café de Java em relação ao século XVIII, levando-a a oferecer parte significativa do volume importado pela Europa no século XIX. O produto javanês, entretanto, só poderia crescer caso ocorresse o mesmo com sua população camponesa, mais preocupada com a combinação de atividades econômicas que garantiam o provento de suas famílias do que com a maximização da produção cafeeira, vista como imposição do Estado colonial.

O contraste com o império do Brasil não poderia ser mais completo. Em 1883, já no contexto da crise do escravismo, C. F. van Delden Laërne, agrônomo holandês com vasta experiência de terreno em Java, visitou as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para examinar qual o segredo do volume da produção brasileira. Após estada de seis meses, redigiu minucioso relatório que ainda hoje é uma das melhores fontes para o estudo da escravidão na cafeicultura brasileira. Após avaliar a quantidade de cativos empregados diretamente nas fainas do café, Laërne advertia o leitor que prestasse atenção “a esses cálculos, por mais que pareça neste país [Holanda] que o plantio do café no Brasil requeira mais mãos do que efetivamente ocorre. No capítulo a respeito da agronomia do café, vamos aprender como é possível, com tão poucas pessoas, produzir uma safra com mais de seis milhões de sacas [360.000 t]”.⁸² A resposta ao enigma era simples. A fronteira aberta e a mobilidade proporcionada pelo trabalho escravo, somadas, após a década de 1860, à construção da malha ferroviária e à adoção de maquinário avançado de beneficiamento que permitia poupar mão de obra e deslocar mais cativos ao eito,⁸³ tornaram a produção brasileira altamente elástica, apta não só a responder, célere, aos impulsos do mercado mundial, como, sobretudo, a comandá-los.

É aqui que se encontra o caráter radicalmente moderno da escravidão no Vale do Paraíba. Com base nela, o Brasil tornou-se capaz de determinar o preço mundial de um artigo indissociável do cotidiano das sociedades urbanas industriais, cujos ritmos de trabalho passaram a ser marcados pelo consumo da bebida. Nas fábricas, no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais, nas escolas ou em qualquer outro lugar no qual a cadência fosse ditada pelo tempo do relógio, o estimulante tornou-se onipresente. Não por acaso, Brasil e Estados Unidos — o paradigma do novo modo de vida industrial e do consumo de massa — foram as duas pontas principais da cadeia da mercadoria ao longo do século XIX, algo que se estreitou na centúria seguinte. E, como em vários outros momentos do capitalismo histórico, a formação de uma nova *commodity frontier* para o abastecimento das zonas centrais articulou

de forma direta a degradação do trabalho e da natureza nas zonas periféricas. A novidade do Vale do Paraíba, em relação às outras fronteiras que o haviam precedido, consistiu em sua escala, até então sem precedentes. Seus fazendeiros não só promoveram um dos mais intensos fluxos de africanos escravizados para o Novo Mundo, parte do qual sob a marca da ilegalidade, como igualmente arrasaram, no espaço de apenas três gerações, uma das mais ricas coberturas florestais do mundo. Produção em massa, consumo em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba

Notas

1. Apud Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 179.
2. Todos os dados referentes à produção mundial de café citados neste capítulo — exceto quando fornecemos outra referência — foram retirados do cuidadoso apêndice preparado por Mario Samper e Radin Fernando para o livro editado por William Gervase Clarence-Smith e Steven Topik, *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 411-462. Os dados referentes aos valores relativos das exportações brasileiras podem ser vistos em Virgílio Noya Pinto, “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, in C. G. Mota, *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 152; e Alice P. Canabrava, “A grande lavoura (1971)” in *História econômica: estudos e perspectivas*, São Paulo, ABPHE/Hucitec/Ed. Unesp, 2005, p. 166.
3. Cf. Steven Topik, “The Integration of the World Coffee Market”, in W. G. Clarence-Smith e S. Topik, *op. cit.*, p. 21-49.
4. Ver, a propósito, os trabalhos clássicos de Roberto Simonsen, *Aspectos da história econômica do café*, São Paulo, Separata da *Revista do Arquivo*, 1940; Caio Prado Jr. (1945), *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 159-167; Stanley J. Stein (1957; trad. port.), *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990; Celso Furtado (1959), *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974, p. 110-116; Orlando Valverde (1965), “A fazenda de café escravocrata no Brasil” in *Estudos de geografia agrária brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1985; Emília Viotti da

- Costa (1966), *Da senzala à colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1989; Alice P. Canabrava, “A grande lavoura”, *op. cit.*
5. Cf. Stuart B. Schwartz, *Da América portuguesa ao Brasil. Estudos históricos*, Lisboa, Difel, 2003.
 6. Cf. João Luís Ribeiro-Fragoso, *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*, tese de doutorado em História, Niterói, ICH/UFF, 1990; João Luís Ribeiro-Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992; João-Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*, ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
 7. Fragoso, *Homens de grossa aventura, op. cit.*, p. 297.
 8. As críticas foram apresentadas sobretudo por Jacob Gorender, *A escravidão reabilitada*, São Paulo, Ática, 1990, p. 81-83; Stuart B. Schwartz, “Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil”, *Latin American Research Review*, v. 31, n° 1, p. 113-134, 1996; Eduardo Mariutti, Luiz Nogueiról e Mario Denieli Neto, “Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Ribeiro-Fragoso e Manolo Florentino”, *Estudos Econômicos*, v. 31, n° 2, p. 369-393, 2001.
 9. Cf., por exemplo, os ótimos trabalhos de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, (trad. port.), São Paulo, Edusp, 2005, p. 81-106; e Steven Topik e Mario Samper, “The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica”, in S. Topik, C. Marichal e Z. Frank (orgs.), *From Silver to Cocaine. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*, Durham, Duke University Press, 2006, p. 147-173.
 10. Cf. Michel Tuchscherer, “Coffee in the Red Sea Area from the Sixteenth to the Nineteenth Century”, in Clarence-Smith e Topik (orgs.), *The Global Coffee Economy, op. cit.*, p. 50-66.
 11. Cf. Louis-Philippe May (1930), *Histoire économique de la Martinique (1635-1763)*, Fort-de-France, Société de Distribution et de Culture, 1972.
 12. Cf. Doria González Fernández, “Acerca del mercado cafetelero cubano durante la primeira mitad del siglo XIX”, *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, n° 2, 1989, p. 154; Michel-Rolph Trouillot, “Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue”, *Review*, v. 5, n° 3, p. 331-388, inverno de 1982, p. 337.
 13. Cf. Trouillot, “Motion in the System”, *op. cit.*; Christian A. Girault, *Le commerce du café en Haïti: habitants, spéculateurs et exportateurs*, Paris, CNRS, 1981, p. 55.
 14. A melhor análise recente da Revolução de São Domingo está no livro de Laurent Dubois, *Avengers of the New World. The Story of the Haitian Revolution*, Cambridge, Harvard University Press, 2004.

15. Sobre as implicações políticas dessa reconfiguração, ver Michel-Rolph Trouillot, *Haiti, State against the Nation. The origins and legacy of Duvalierism*, Nova York, Monthly Review Press, 1990, p. 36-82.
16. Cf. S. D. Smith, "Accounting for Taste: British Coffee Consumption in Historical Perspective", *Journal of Interdisciplinary History*, v. 27, n° 2, p. 183-214, outono de 1996.
17. Cf. S. D. Smith, "Sugar's Poor Relation: Coffee Planting in the British West Indies, 1720-1833", *Slavery and Abolition*, v. 19, n° 3, p. 68-89, dezembro de 1998, B. W. Higman, *Jamaica Surveyed. Plantation Maps and Plans of the Eighteenth and Nineteenth Centuries*, Kingston, University of the West Indies Press, 2001, p. 159-191.
18. A edição em inglês foi publicada sob o título *The Coffee Planter of Saint Domingo; with an Appendix, containing a view of the Constitution, Government, Laws, and State of that Colony, previous to the Year 1789*, Londres, T. Cadell e W. Davies, 1798. A tradução para o português, a cargo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, foi inserida na notável coleção dirigida por frei José Mariano da Conceição Velloso, *O fazendeiro do Brasil*, t. III, *Bebidas Alimentosas*, parte II, *O café*, Lisboa, Officina de Thaddeo Ferreira, 1800. A primeira edição em castelhano, vertida por Pablo Boloix, saiu em 1809, sendo reimpressa onze anos depois: *Cultivo del cafeto, o arbol que produce el café, y modo de beneficiar este fruto*, Habana, Oficina de Arazoza y Soler, 1820. Em 1870, tratando da cafeicultura no Ceilão britânico, Guilherme Sabonadière considerava o manual de Laborie a melhor peça já escrita sobre o assunto. Ver seu *O fazendeiro do café em Ceylão* (2ª ed. ingl., 1870), trad. port., Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.
19. Sobre o consumo metropolitano, ver os artigos de S. D. Smith citados nas notas 16 e 17; sobre a questão ambiental, ver Kathleen E. A. Monteith, "Planting and Processing Techniques on Jamaican Coffee Plantations, During Slavery", in V. Shepherd (org.), *Working Slavery, Pricing Freedom. Perspectives from the Caribbean, África and the African Diaspora*, Kingston/Oxford, Ian Randle Publ./James Currey Publ., 2002, p. 112-129.
20. Cf. J. R. Ward, *British West Indian Slavery, 1750-1834. The Process of Amelioration*, Nova York, Oxford University Press, 1988.
21. Cf. Emília Viotti da Costa, *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823* (trad. port.), São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 62-86.
22. Sobre Java no século XVIII, ver as rápidas notas de Robert Elson, *Village Java under the Cultivation System, 1830-1870*, Sydney, Asians Studies Association of Australia in association with Allen and Unwin, 1994, p. 24-25, e o estudo que o critica de W. G. Clarence-Smith, "The impact of forced coffee cultivation on Java, 1805-1917", *Indonesia Circle*, n° 64, p. 241-264, 1994, p. 241-243.

23. Cf. González Fernández, "Acerca del mercado cafetelero cubano", *op. cit.*, p. 157.
24. Cf. Dale Tomich, *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*, Boulder, CO, Rowman & Littlefield Publ., 2004.
25. Ver, a respeito, os dados de Manuel Moreno Fraginals, *O engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano*, trad. port., São Paulo, Hucitec/Unesp, 1989, v. III, p. 355; e Dauril Alden, "O período final do Brasil Colônia, 1750-1808", in L. Bethell (org.), *História da América Latina*, v. II, *América Latina Colonial*, trad. port., São Paulo, Edusp/Funag, 1999, p. 559.
26. Cf. David R. Murray, *Odious Commerce. Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980; Pablo Tornero Tinajero, *Crecimiento económico y transformaciones sociales. Esclavos, hacendados y comerciantes en la Cuba colonial (1760-1840)*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, 1996, p. 44-107; Sherry Johnson, "The Rise and Fall of Creole Participation in the Cuban Slave Trade, 1789-1796", *Cuban Studies*, n° 30, 1999, p. 52-75.
27. Cf. Tornero Tinajero, *Crecimiento económico y transformaciones sociales*, *op. cit.*, p. 358-380; Josep M. Fradera, *Colonias para después de un império*, Barcelona, Edicions Bellaterra, 2005, p. 327-420.
28. Cf. Francisco Pérez de la Riva, *El Café: Historia de su cultivo y explotación en Cuba*, Havana, Jesus Montero, 1944, p. 50; Levi Marrero, *Cuba: economia y sociedad*, Madri, Ed. Playor, 1984, v. 11, p. 108; Alejandro García Alvarez, "El café y su relación con otros cultivos tropicales en Cuba colonial", trabalho apresentado no I Seminário de História do Café: História e Cultura Material, Museu Republicano Convenção de Itu, Museu Paulista/USP, novembro de 2006.
29. Cf. Marrero, *Cuba*, *op. cit.*, p. 114.
30. Sobre o café na América portuguesa setecentista, ver Affonso de E. Taunay, *Subsídios para a história do café no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1935. Sobre as reformas pombalinas, André Mansuy-Diniz Silva, "Portugal e Brasil: a reorganização do império, 1750-1808", in L. Bethell (org.), *História da América Latina*, v. I, *América Latina colonial*, trad. port., São Paulo, Edusp/Funag, 1997, p. 488-498; Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira — Brasil e Portugal, 1750-1808*, trad. port., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 21-53; Guillermo Palácios, *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 112-156.
31. Sobre o volume da produção açucareira cubana, ver Moreno Fraginals, *O engenho*, *op. cit.*, v. III, p. 355; sobre a produção da América portuguesa, ver José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no comércio colonial (1796-1808)*, São Paulo, Ática, 1980, p. 360. A respeito do Engenho Pau Grande, há trabalho recente: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze, *O império do retrato: família, riqueza e re-*

- apresentação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*, tese de doutorado em História, Niterói, IFCH/UFF, 2006.
32. Sobre Minas Gerais, ver o primeiro capítulo de Laird Bergad, *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*, trad. port., Bauru, Edusc, 2004. A respeito de São Paulo, ver Luna e Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, *op. cit.*, p. 41-53.
 33. Cf. Alcir Lenharo (1979), *As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*, Rio de Janeiro, SMCTE/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 47-59.
 34. Cf. Manolo Garcia Florentino, *Em costas negras. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 74.
 35. Cf. Luna e Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, *op. cit.*, p. 58-59.
 36. Cf. Luna e Klein, *op. cit.*, p. 87.
 37. Auguste de Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, trad. port., São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1974, p. 78, 100-101.
 38. Pedro Carvalho de Mello, *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*, Rio de Janeiro, PNPE, 1982, v. 1, p. 12.
 39. Cf. Edmar Bacha e Robert Greenhill, *150 anos de café*, Rio de Janeiro, Marcelino Martins & E. Johnston, 1992, p. 333-334.
 40. Cf. Gorender, *A escravidão reabilitada*, *op. cit.*, p. 82.
 41. Cf. Luna e Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, *op. cit.*, p. 87.
 42. João Fragoso, *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação*, *op. cit.*, p. 506.
 43. Ver John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1994, p. 81-85, e Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, respectivamente.
 44. As palavras são de Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime. Violência nas Minas setecentistas*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005, p. 36.
 45. Cf. Stein, *Vassouras*, *op. cit.*, p. 31-34; Célia Maria Loureiro Muniz, *Os donos da terra. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, século XIX*, dissertação de mestrado, Niterói, ICHF/UFF, 1979, p. 51-53; Márcia Maria Menendes Motta, *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura/Aperj, 1998, p. 34-40.
 46. Cf. Warren Dean, *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, trad. port., São Paulo, Cia. das Letras, 1996, p. 234.
 47. Cf. Saint-Hilaire, *Segunda viagem*, *op. cit.*, p. 101; Pe. João Joaquim Ferreira de Aguiar, *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*, Rio de Janeiro, Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836, p. 11.

48. Cf. Carlos Augusto Taunay (1839), *Manual do agricultor brasileiro*, Rafael de Bivar Marquese (org.), São Paulo, Cia. das Letras, 2001, p. 130.
49. Cf. Marrero, *Cuba*, *op. cit.*, p. 110-111.
50. Cf. Rogério de Oliveira Ribas, *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*, dissertação de mestrado em História, Curitiba, UFPR, 1989, p. 170-197; Herbert S. Klein, "The Supply of Mules to Central Brazil: The Sorocaba Market, 1825-1880", *Agricultural History*, v. 64, n° 4, p. 1-25, 1990.
51. Cf. Topik, "The Integration of the World Coffee Market", *op. cit.*, p. 37-40.
52. Cf. Márcia Regina Berbel e Rafael de Bivar Marquese, "La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824", in Ivana Frasquet (org.), *Bastillas, cetros y blasones. La Independencia en Iberoamérica*, Madri, Fundación Mapfre/Instituto de Cultura, 2006, p. 347-374.
53. Cf. Pérez de la Riva, *El Café*, *op. cit.*, p. 141; García Alvarez, *El café y su relación*, *op. cit.*, p. 10.
54. *Apud* Marrero, *Cuba*, *op. cit.*, p. 112.
55. A citação é de Francisco de Paula Serrano, "Memoria publicada por la Real Sociedad Patriótica sobre esta cuestión del programa: 'Cuáles son las causas a que puede atribuirse la decadencia del precio del café, y si en las actuales circunstancias de su abatimiento seria perjudicial emprender su cultivo, o prudente abandonarlo'", programa publicado em *Diário del Gobierno de la Habana* em 10 de abril de 1829, in *Actas de las Juntas Generales que celebro la Real Sociedad Económica de Amigos del País de la Habana, en los dias 14, 15 y 16 de diciembre de 1829*, Havana, Imprenta del Gobierno, 1830, p. 79.
56. Cf. González Fernández, "Acerca del mercado cafetelero cubano", *op. cit.*, p. 164.
57. Cf. Antonio Santamaría García e Alejandro García Alvarez, *Economía y colonia. La economía cubana y la relación con España, 1765-1902*, Madri, CSIC, 2004, p. 129.
58. Entre 1820 e 1850, enquanto a produção de açúcar do Brasil triplicou, a de Cuba quintuplicou; nos 15 anos seguintes (1851-1865), contudo, a produção brasileira estacionou, ao passo que a cubana duplicou. Na última data, Cuba produzia cinco vezes mais açúcar do que o Brasil. Os dados são de Moreno Fraginals, *O engenho*, *op. cit.*, v. III, p. 356-357, e das *Estatísticas históricas do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p. 342.
59. Cf. González Fernández, "Acerca del mercado cafetelero cubano", *op. cit.*, p. 163.
60. Cf. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova York, Oxford University Press, 1987, p. 262-263. Ver também Laird Bergad, Fe Iglesias García e Maria del Carmen Barcia, *The Cuban Slave Market, 1790-1880*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 150.
61. Sobre o tráfico para o Brasil, ver, além de Florentino, *Em costas negras*, *op. cit.*; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico*

- Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000. Para o tráfico cubano, além dos trabalhos citados na nota 26, ver José Luciano Franco, *Comércio clandestino de escravos*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1980. Sobre o trato de Moçambique no século XIX, ver Herbert S. Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*, trad. port., Ribeirão Preto, Funpec Editora, 2004, p. 70-71.
62. A diplomacia do tráfico nas décadas de 1810 e 1820 pode ser acompanhada em Leslie Bethell (1970), *A abolição do comércio brasileiro de escravos. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*, trad. port., Brasília, Senado Federal, 2002, p. 21-112. Sobre as discussões no Parlamento brasileiro a respeito do tratado de 1826, ver Jaime Rodrigues, *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2000; e Tâmis Peixoto Parron, *A política do tráfico negreiro no império do Brasil, 1826-1850*, relatório final de iniciação científica, São Paulo, DH/FFLCH/USP, 2006, p. 18-53.
63. Cf. Florentino, *Em costas negras*, op. cit., p. 59.
64. A ideia central desse e do próximo parágrafo foi retirada de Parron, *A política do tráfico negreiro*, op. cit., p. 53-115. Sobre o volume do tráfico ilegal para o Centro-Sul do Brasil entre 1831 e 1835, ver David Eltis, Stephen D. Behrendt, David Richardson e Herbert S. Klein, *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
65. Cf. Jeffrey D. Needell, "Party Formation and State-Making: The Conservative Party and the Reconstruction of the Brazilian State, 1831-1840", *Hispanic American Historical Review*, v. 81, nº 2, p. 259-308, maio de 2001.
66. O *Sete d'Abril*, 13 de julho de 1836 apud Alain el Youssef, *Opinião pública e escravidão: os periódicos do império do Brasil na década de 1830*, relatório final de iniciação científica, São Paulo, DH/FFLCH/USP, 2007, p. 70.
67. Sobre o volume do tráfico ilegal, conferir Eltis et al., *The Trans-Atlantic Slave Trade*, op. cit. Sobre a política dos saquaremas para a escravidão, ver, além de Parron, *A política do tráfico negreiro*, op. cit., o estudo clássico de Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*, São Paulo, INL/Hucitec, 1987.
68. Ver, a propósito, os capítulos "O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações da lei de 1831", de Beatriz Galloti Mamigonian, e "Para além dos tribunais. Advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo", de Elciene Azevedo, ambos inseridos no livro editado por Sílvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça, *Direitos e justiças no Brasil. Ensaio de história social*, Campinas, Ed. Unicamp, 2006, p. 129-160, 199-238, respectivamente.
69. Cf. Robert Conrad (1972), *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, trad. port., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 63-87; Robert W. Slenes, "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888. Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market", in Walter Johnson (org.), *The Chattel Principle. Internal Slave Trades in the Americas*, New Haven, Yale University Press, 2004.
70. Ver as publicações arroladas na nota 4.
71. A bibliografia sobre o assunto já é bastante numerosa. Para duas boas e atualizadas resenhas, cf. José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 1999, p. 67-108, e Renato Leite Marcondes, "Small and Medium Slaveholdings in the Coffee Economy of the Vale do Paraíba, Province of São Paulo", *Hispanic American Historical Review*, v. 85, nº 2, p. 259-281, maio de 2005.
72. Cf. Ricardo Salles, *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX — Senhores e escravos no coração do império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
73. A informação das fazendas com grandes escravarias, porém inferiores a 100 alqueires, foi retirada de Ribas, *Tropeirismo e escravidão*, op. cit., p. 47. Sobre a composição fundiária do vale cafeeiro e suas tensões, ver os trabalhos de Muniz, *Os donos da terra*, op. cit.; Motta, *Nas fronteiras do poder*, op. cit.; Aldeci Silva dos Santos, *À sombra da fazenda. A pequena propriedade agrícola na economia da Vassouras oitocentista*, dissertação de mestrado em História, Vassouras, PPH/USS, 1999; Nancy Priscilla Naro, *A Slave's Place, a Master's World. Fashioning Dependency in Rural Brazil*, Londres, Continuum, 2000, p. 30-43. Para grandes fazendeiros e suas propriedades, temos à disposição três bons estudos de caso: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (1976), *O visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*, São Paulo, Studio Nobel, 2002; Eduardo Silva, *Barões e escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984; Hebe Maria Mattos de Castro e Eduardo Schnoor (orgs.), *Resgate. Uma janela para o Oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.
74. Cf. Motta, *Nas fronteiras do poder*, op. cit.; Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, trad. port., Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
75. Cf. Rafael de Bivar Marquese, "Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba no século XIX", *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, Nova Série, v. 13, nº 2, p. 165-188, julho/dezembro de 2005.
76. Para uma boa visão das estratégias de gestão agrícola empregadas no Vale, ver João Luis Ribeiro Fragoso, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920). Um estudo de relações não capitalistas de produção*, dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Ver também Stein, *Vassouras*, op. cit., p. 260-265, e o relato contemporâneo de C. F. van Delden Laërne, *Brazil and Java. Report on Coffee-Culture in America, Asia, and Africa*, Londres/Haia, Martinus Nijhoff, 1885, p. 253-382.
77. Os manuais agrícolas mais importantes para a cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, que expressavam as práticas efetivamente empregadas pelos fazendeiros, foram a *Pequena memória* do padre Aguiar, de 1836, e o famoso opúsculo de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (barão do Paty do Alferes) (1847), *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, Eduardo

- Silva (org.), Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. Para análise da série completa dessas publicações, ver Rafael de Bivar Marquese, *Administração & Escravidão. Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1999, p. 157-189.
78. Cf. Philip Morgan, “Task and Gang Systems. The Organization of Labor on New World Plantations”, in P. Innes (org.), *Work and Labor in Early America*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1988.
79. Sobre São Domingo, ver David P. Geggus, “Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force” in I. Berlin e P. Morgan (org.), *Cultivation and Culture. Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*, Charlottesville, University of Virginia Press, 1993, p. 77; para a Jamaica, Higman, *Jamaica Surveyed, op. cit.*, p. 159-191; sobre Cuba, Tranquilino Sandalio de Noa, “Memoria publicada por la Real Sociedad Patriótica sobre esta cuestión del programa: ‘Cuáles son las causas a que puede atribuirse la decadencia del precio del café, y si en las actuales circunstancias de su abatimiento seria perjudicial emprender su cultivo, o prudente abandonarlo’”, programa publicado em *Diário del Gobierno de la Habana* em 10 de abril de 1829, in *Actas de las Juntas Generales que celebró la Real Sociedad Económica de Amigos del País de la Habana, en los días 14, 15 y 16 de diciembre de 1829*, Havana, Imprenta del Gobierno, 1830, p. 131-133. As informações para o Brasil das décadas de 1820 e 1830 estão na *Pequena memória* de padre Aguiar e no *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, *op. cit.*, p. 130.
80. Cf. J. J. Tschudi (1866), *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, trad. port., São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980, p. 41; R. Teuscher, *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1853, p. 6; Pedro Carvalho de Mello, *A economia da escravidão nas fazendas de café, op. cit.*, p. 17, trabalhando com documentos do Banco do Brasil produzidos entre 1867 e 1870, anotou de 2.976 a 4.955 pés de café por escravo, indicando que, quanto menor a propriedade, maior era a taxa de exploração.
81. Sobre o *Kultuur Stelsel* e a cafeicultura javanesa, ver Elson, *Village Java under the Cultivation System, op. cit.*; Clarence-Smith, “The impact of forced coffee cultivation on Java”, *op. cit.*; J. S. Furnivall, *Netherlands India: A Study of Plural Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1944, p. 80-147; F. V. Baardewijk, *The Cultivation System, Java 1834-1880*, Amsterdã, Royal Tropical Institute (KIT), 1993, p. 12-14.
82. Laërne, *Brazil and Java, op. cit.*, p. 124.
83. Cf. William R. Summerhill, *Order against progress. Government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913*, Stanford, Stanford University Press, 2003; Robert W. Slenes, “Grandeza ou decadência? O mercado de es-

cravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, in I. del Nero (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*, São Paulo, IPE/USP, 1986; João Fragoso, “A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul”, *Revista Brasileira de História*, v. 6, n° 12, p. 125-150, março/agosto de 1986.